

Exma. Direcção da F. P. Corfebol
A/C Exmo. Senhor Mário Almeida
Avenida Norton de Matos 69 A
1500-352 Lisboa

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

CONSELHO DE DISCIPLINA

ASSUNTO: Proc. 04/2018/2019 - Protesto do jogo 125 – CN1D13.3

No passado dia 12 de Fevereiro de 2019 apresentou o KLxP o protesto ao jogo 125 do CN1D13., disputado entre as equipas KLxP e o CCCD no pavilhão do Alto da Faia do dia 10 de Fevereiro de 2019, nos seguintes termos.

"1º. No dia 10.02.2019 realizou-se um jogo entre o KLXP A e CCCD A, com o código CN1D13.3, da 1ª Fase da 1ª divisão do Campeonato Nacional. O árbitro foi José Lagarto."

"4º. Foi acordado entre o Árbitro e os Secretários Técnicos, adiante Mesa de Jogo, que o sinal sonoro para paragem do jogo para substituições, tempo de desconto, final do tempo de jogo e quaisquer outras comunicações entre ambos, seria efetuado através de um apito que um dos Secretários Técnicos possuía."

"5º. Ambos os clubes anuíram, não tendo em momento algum, antes, durante e após o jogo, protestado contra tal procedimento. Sucede que,

6º. Nos segundos finais do jogo, o Árbitro assinalou uma falta ofensiva ao CCCD A, do qual resultou a mostragem de um cartão amarelo ao Jogador João Campilho.

10º. Após a mostragem do cartão amarelo, o arbitro deu reinício ao jogo, no local da falta a favor do KLxP, na sua zona defensiva.

11º. Nesse preciso momento, o jogador do KLxP efetuou um passe directo para um colega seu na Zona Ofensiva, que em acto continuo e na sequência da jogada, sofreu falta para penalidade, assinalada pelo Árbitro.

12º. De seguida, o Árbitro deu ordem para a marcação da penalidade, que foi concretizada, fixando o resultado em 21-20 a favor do KLxP A.

13º. Entre o assinalar da referida falta e a marcação da respectiva penalidade, não houve qualquer indicação por parte da Mesa de Jogo, que aquela teria sido assinalada após o término do tempo de jogo.

14º. Após a concretização da penalidade, o arbitro terminou o jogo, tendo sido o resultado final 21-20 para o KLxP A, situação que pode ser corroborada pelos intervenientes de ambas as equipas, Árbitro, Mesa de Jogo, público e até alguns membros do Corpo de Árbitros que ali se encontravam a efetuar uma formação de supervisão de árbitros, liderada por Jorge Alves.

15º. Após o jogo terminar, o CCCD A protestou, indicando que a falta foi assinalada após o decurso do tempo de jogo.

16º. O Árbitro consultou a Mesa de Jogo, e ao contrário do que afirma o CCCD A, o colégio dos Secretários Técnicos apresentou dúvidas em relação à situação, não afirmando, em momento algum e de forma categórica, que a falta ocorreu após o esgotar do tempo de jogo.

17º. Não sendo conclusiva a opinião do colégio dos Secretários Técnicos, o Árbitro reafirmou o resultado, confirmando a vitória por 21-20 do KLxP A, facto que transmitiu a alguns jogadores do KLxP A e CCCD A.

18º. Após repetidos e persistentes protestos da equipa visitante, foi pela mesma sugerida a visualização de filmagens vídeo efetuadas por essa equipa, numa camara situada junta da Mesa de Jogo, sugestão essa que foi acolhida (pasmem-se!) pelo Árbitro;

19º. Com base nessa visualização, o Árbitro, de forma totalmente inusitada e surpreendente, reverteu a sua decisão, anulando as suas últimas ações -sinalização de uma falta e marcação da respectiva penalidade - fixando o resultado final em 20-20

20º. Nesta medida, a ficha de jogo contém o resultado de 20-20, resultado esse que não traduz o que ocorreu no jogo (21-20 a favor da KLxP A), o que constitui a falsidade de um documento - conduta punida nos termos do art.º 256º do Código Penal (CP), regime subsidiariamente aplicável nos termos do art.º 24º nº 1 do Regulamento Disciplinar (RD) -, conforme a factualidade supra descrita."

"22º. O KLxP A não se conforma com a decisão manifestamente ilegal e até algo insólita, de alteração de um resultado após o terminar do jogo, através do auxílio de um áudio, totalmente inconclusivo, constante numa filmagem do jogo efetuada por uma das equipas,

23º. O que traduz numa alteração da verdade desportiva, que deve ser repostada com a atribuição de vitória ao KLxP A por 21-20, apresentando o presente protesto, nos termos do art.º 10º nº 5 do RD, na sequência do já exposto na Ficha de Jogo. Senão vejamos,"

"42º. Ora, permitir que um resultado seja alterado após o fim do jogo, extravasando por completo as suas competências, porque o Árbitro decidiu anular um ponto após a visualização e audição de um vídeo, é desprezar os princípios de igualdade, seriedade e imparcialidade, inerentes a uma competição justa e séria,"

"49º. Contudo, estando perante um caso omissivo, com tamanha gravidade na verdade desportiva, deve o Conselho de Disciplina, especialmente autorizado pela Direção da FPC, decidir por uma sanção equitativa e adequada, que no nosso entender, passará, irremediavelmente, por atribuir a vitória por 21-20 ao KLxP A, traduzindo assim na Ficha de Jogo, o que realmente ocorreu no jogo, repondo a verdade desportiva e da competição."

"Nestes termos, deve a presente denuncia ser admitida, por legal e tempestiva, e a final ser alterado o resultado do jogo entre o KLxP A e o CCCD A, atribuindo-se a vitória da Equipa da Casa por 21-20, conforme supra descrito.

Para a prova dos factos relatos, requer-se a audição do Arbitro do Jogo, José Lagarto, os capitães das respectiva equipas, e, permita a nossa sugestão, Jorge Alves, responsável pela formação de Arbitragem da FPC (e da IKF), que presenciou todos os factos."

Por consequência e em resposta ao protesto o CCCD enviou um documento com o seguinte teor.

"1- Nenhum elemento pertencente à equipa A do CCCD recebeu a informação, por parte ou do KLXP, ou dos secretários técnicos presentes, ou do árbitro, que o cronómetro existente no local não possuía sinal sonoro, tendo sido o clube de Camaxide surpreendido com esse facto já no decorrer do jogo, ao ouvir o apito proveniente de um dos elementos da mesa para sinalizar as interrupções naturais do jogo. Houve, inclusive, outras situações do jogo em que o árbitro não ouviu o apito proveniente do secretário técnico (ex. para autorizar substituições). Sendo de frisar ainda que, constatamos à posteriori, que o marcador só funcionava se o secretário técnico permanece-se com o dedo no botão, ou bastava uma pequena distração para o mesmo deixar de funcionar, o que demonstra a utilização de material inadequado para a realização do jogo.

2- O momento final do jogo foi frisado por alguns acontecimentos importantes, como foi o facto de KLXP conseguir marcar o golo do empate, 20-20. Devido a estes acontecimentos, encontra-se presente na

cabeça de todos os presentes, os 4 segundos que faltavam para o final da partida. Assim, o jogo recomeça na zona defensiva da equipa adversária, a bola atravessa o meio-campo através do passe do jogador Miguel Costa para o seu colega de equipa Sebastião Condado, que já se encontrava no meio-campo ofensivo, este ainda passa a bola para outra colega que se encontra a assistir, no decorrer da jogada, o jogador corre em direção da bola onde acaba por sofrer, segundo o assinalado pelo árbitro na altura, uma falta para grande penalidade.

3- Com a emoção e grande confusão do jogo, o árbitro manda assinalar a grande penalidade sem consultar o tempo de jogo, penalidade esta que acaba por ser concretizada. Assim após a marcação do penálti, o cronometrista (pertencente à equipa da casa) levanta a questão de ter apitado, para o termino do jogo, antes de a grande penalidade ser assinalada, opinião esta que foi corroborada por outro elemento presente na mesa (este pertencente ao Camaxide) durante todo o jogo.

4- Com estas opiniões provenientes de dois secretários técnicos presentes, o árbitro colocou em causa o resultado anteriormente mencionado e tal como está estipulado no ponto 4.3.2 do RC, chamou os capitães de equipa a "participar na decisão sobre momentos importantes e excepcionais" e foi sugerido que se repusesse a verdade através da visualização do jogo, pois o mesmo tinha acabado de ser filmado.

Este facto não foi recusado por nenhum elemento presente, sendo que a equipa do Klxp apenas refutou a decisão após esse visionamento.

5- Nesta altura já se encontravam junto à mesa, os três secretários técnicos, o árbitro, o capitão e subcapitão de Camaxide, o capitão e grande parte da equipa de Klxp (facto que causou uma enorme pressão no cronometrista, secretário técnico da equipa da casa, e que não cumpre o estipulado no RC ponto 4.3.6 "o capitão é o único elemento de toda a equipa (...) que tem o direito de chamar a atenção do árbitro para qualquer facto que ache desejável no interesse do bom andamento da partida (...)"

6- Através dessa visualização, é claro que o apito proveniente da mesa surge primeiro que a grande penalidade, deixando sem qualquer dúvida todos os elementos presentes que a grande penalidade não foi assinalada dentro do tempo de jogo.

7- Para demonstrar a boa vontade e a veracidade de tudo o que foi escrito por Camaxide, admitimos que os secretários técnicos e o arbitro são testemunhas válidas e suficientes para serem ouvidas perante este processo, assim como qualquer outra pessoa do público (embora estas últimas tivessem muito longe da mesa, não podendo assim descrever o que aconteceu pós jogo). Consideramos ainda que o árbitro do jogo tentou tomar as decisões respeitantes ao jogo de forma justa e mantendo a verdade desportiva."

Notifique-se o Clube Arguido **KLxP**, e demais interessados e a Direção da Federação, tendo em conta os eventuais efeitos desportivos resultantes da presente deliberação.

Em sequência dos protestos apresentados o CD entendeu remeter ao árbitro e a todos os elementos da mesa de jogo algumas questões conforme email que se junta em anexo no dia 14 de Fevereiro de 2019, e a mais nenhum elemento em virtude de mais nenhum outro elemento possuir informações credíveis ou pertinentes para a descoberta da verdade dos factos.

Em resposta, dentro do prazo concedido para esse efeito, o Conselho de Disciplina recebeu as respostas dos aludidos agentes desportivos que em uníssono reproduziram o seguinte:

- 1- O resultado do jogo no fim do tempo regulamentar e homologado pelo árbitro e pela mesa de jogo a final foi de 20-20, tendo o mesmo sido transmitido aos Clubes;
- 2- Não houve qualquer alteração ao resultado após o tempo regulamentar, não obstante a grande penalidade a favor da equipa ora Protestante, ter sido marcada após o fim do tempo de jogo, sem

- que o árbitro tivesse conhecimento ou se apercebido do final do tempo regulamentar que entretanto se verificou;
- 3- Uma vez que o árbitro se apercebeu que a marcação da penalidade foi indevida e já não poderia produzir quaisquer efeitos desportivos, uma vez que já foi marcada após o final do tempo regulamentar por indicações posteriores da Mesa, nunca validou e homologou qualquer outro resultado desportivo a final senão o constante da ficha de jogo que consta nos autos;
 - 4- Face ao exposto, a Mesa e o árbitro nunca discordaram sobre qual o resultado final do referido jogo em questão, nem por alguma vez transmitiram a nenhum dos Clubes em questão resultados desportivos diversos no final do jogo, pelo que, não se verificou qualquer adulteração ou violação da verdade desportiva do mesmo.

Em conclusão, não se verificam quaisquer pressupostos ou fundamentos que possam levar à procedência do presente Protesto determinando-se, por consequência o seu indeferimento com a subsequente manutenção do resultado desportivo do jogo em questão.

Lamenta-se que o árbitro tenha de forma algo estranha e indevida, e/ou influenciado pelo público e jogadores e Dirigentes de ambos os Clubes, tentado obter o apuramento da correção ou não da sua decisão (marcação de uma penalidade) através do visionamento de um vídeo quando esta regra não existe no Corfebol.

Ainda assim, deverá ter-se em conta o fator de enorme pressão a que o referido agente desportivo esteve sujeito naquela situação, considerando-se muito mais reprovável a conduta dos elementos da Mesa de Jogo que deveriam ter intervido imediatamente após o fim do período regulamentar e ter impedido a marcação de qualquer penalidade, ou a tomada de qualquer decisão desportiva e/ou disciplinar assim que se aperceberam que o jogo tinha terminado. Porque não o fizeram ou porque agiram tardiamente não nos cabe indagar ou discutir, mas apenas, apurar qual foi o resultado final do jogo e se o mesmo foi de forma dolosa ou negligente alterado, quer através da rasura/emenda da ficha de jogo, ou através da comunicação da Mesa ou do árbitro a qualquer dos Clubes ou demais agentes participantes.

Recorde-se que, não é regulamentarmente proibido no Corfebol e/ou nas demais modalidades desportivas um árbitro reverter a sua decisão quando se apercebe de imediato que cometeu um erro ou lapso na tomada da mesma e logo de seguida altera a sua posição. Todavia, o que o Clube Protestante requereu e fundamentou nos presentes autos, foi a procedência do Protesto devido à alteração unilateral e/ou inusitada da verdade desportiva do jogo de forma consciente e/ou dolosa pelo árbitro e/ou Mesa, visando causar prejuízos desportivos no mesmo, através da adulteração do resultado constante da ficha de jogo.

Com o devido respeito, e atendendo às respostas dos elementos da Mesa de Jogo e do Árbitro que estiveram presentes naquele jogo cujo teor constam nos autos e se fundamenta a presente decisão, não foi isso que sucedeu, tendo o resultado final sido homologado e transmitido aos presentes nos termos constantes da ficha de jogo, pelo que, não existe qualquer fundamento para a procedência do presente Protesto, indeferindo-se o mesmo e mantendo-se todos os efeitos desportivos até aqui produzidos.



Federação Portuguesa de Corfebol

Conselho de Disciplina

Notifique-se os clubes KLxP A e o CCCD A, árbitro do jogo, Mesa de Jogo e demais interessados e a Direção da Federação, tendo em conta os eventuais efeitos desportivos resultantes da presente deliberação.

Aproveitamos para endereçar as nossas Saudações desportivas.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2019

P'lo Conselho de Disciplina

O Presidente

(Lúcio Miguel Correia)

O Vice-Presidente

(Sílvia Santos Ferreira)

O Vice-Presidente

(João Pedro Rodrigues)

Avenida General Norton de Matos, 69 A – 1500-312 Lisboa

Tel/Fax: (351) 210997649, Email: fpc.conselho.disciplina@gmail.com

Anexo 1

José Santos <fpc.cs.js@gmail.com> escreveu no dia quinta, 14/02/2019 à(s) 13:10: Exmos Srs.

Na sequência do protesto apresentado relativo ao jogo 125_CN1D13.3 entre o KLxP e o CCCD, realizado no passado dia 10 de Fevereiro de 2019, incumbiu-me o Presidente do Conselho de Disciplina da FPC para que no prazo de 48h os secretários técnicos (Patrícia Correia, António Almeida e Diana Carvalho) e árbitro do jogo (José João Coelho) se pronunciem por escrito de forma a poderem esclarecer as seguintes questões com relevância disciplinar:

1. Qual foi o resultado do jogo no fim do tempo regulamentar e homologado pelo árbitro e pela mesa de jogo?
2. Houve alteração ao resultado após o tempo regulamentar? Em caso afirmativo quem procedeu a essa alteração?
3. Quando é que a mesa comunicou o fim do tempo regulamentar ao árbitro?

Tendo em conta o final da fase regular do CN 1ª divisão pedimos a todos os visados para que submetam as suas respostas no prazo de 48 horas. Caso não respondam dentro do prazo estipulado, essa conduta será susceptível de eventuais responsabilidades disciplinares.

Com os melhores cumprimentos,



José Santos
Diretor da FPC para as Competições
fpc.cs.js@gmail.com / 962 709 481

Av. Gen. Norton de Matos, 69A 1500-312 Lisboa
Tel. 212 422 117 Email: fpcorfebol@gmail.com

Anexo 2

João Lagarto

14/02/2019,
14:09 (há 5
dias)

Boa tarde,

Antes de responder às perguntas é preciso todas as partes estarem a par dos acontecimentos com a versão do árbitro e terem em conta que **a buzina do marcador**, que devia dar um sinal sonoro após o tempo de jogo chegar a 0, **não estava a funcionar**.

Posto isto, eu, José João Coelho, árbitro do encontro, **assinalei um penalti a favor do KLxP. Esse mesmo penalti foi convertido e daria a vitória à equipa da casa** com o resultado afixado em 21-20. Após a marcação do mesmo, a mesa informou-me que **o jogo tinha acabado antes de ter assinalado o penalti** e que o secretário técnico António Almeida, tinha apitado para me avisar desse acontecimento, apito que eu não ouvi.

Depois, a mesa informou que **afinal foi ao mesmo tempo** - o momento do penalti e do apito final dado pelo secretário técnico. Respondi que se assim for, o golo era válido. **Mas a dúvida pairava** se tinha sido ao mesmo tempo ou se tinha sido antes. Enquanto árbitro, combinei com o secretário técnico que estava encarregue pelo tempo de jogo para fazer o sinal sonoro com um apito para me avisar o término do jogo. Por isso, estava preocupado e dar atenção ao jogo em si, pelo que **não sabia se o jogo já tinha acabado**.

Como uns secretários diziam uma coisa e outros outra e não se chegou a um consenso, **decidi ver o vídeo que se nota que**, no momento exato do penalti, **o jogo já tinha acabado, dando, assim, a anulação do golo**.

Respondendo às perguntas:

- 1) 20-20
- 2) No final do tempo regulamentar, o jogo estava 20-20, o penalti que deu origem ao golo que dava a vitória ao KLxP foi concebido após o final do jogo. Por isso, fui eu que anulei o golo.
- 3) Após a marcação do penalti.

Estou disponível para mais esclarecimentos.

Com os melhores cumprimentos,
João Lagarto

h

PS: a situação do auxílio de um vídeo para ajudar a tomar uma decisão, não está prevista nos regulamentos, mas foi a forma que achei mais justa para resolver esta questão.

António Almeida

sexta, 15/02,
00:16 (há 4 dias)

Boa noite,

1. 20-20;
2. Não houve alteração do resultado visto que a mesa apitou antes do penálti ser assinalado;
3. Após a assinalação e convertimento do penálti;

Tal como o árbitro João Coelho disse, a buzina do marcador não funcionava e em vez dela eu, António Almeida, estava a usar um apito com o mesmo fim.

Nos últimos segundos do jogo havia muito barulho no pavilhão e o árbitro não conseguiu ouvir o meu apito que ditava o final da partida, que se deu momentos antes da assinalação do penálti. **Só conseguimos falar com o árbitro após a finalização do penálti.**

Acabei por informar o árbitro que tinha, de facto, apitado antes da assinalação da falta.

Cumprimentos,
António Almeida

Patricia

sexta, 15/02,
20:30 (há 4 dias)

Boa noite,

1. 20-20
2. Considero que houve porque o pênalti foi marcado em tempo regulamentar, tendo sido o arbitro a proceder a essa alteração.
3. Após a marcação do pênalti.



Federação Portuguesa de Corfebol

Conselho de Disciplina

h.

Falta Anexo da Diana – Não recebi email

Avenida General Norton de Matos, 69 A – 1500-312 Lisboa

Tel/Fax: (351) 210997649, Email: fpc.conselho.disciplina@gmail.com